

Hospital de Clínicas de Porto Alegre – HCPA

Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas
adotadas no Brasil em 31 de Dezembro de 2017

Demonstrações Financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2017
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

SUMARIO

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2017	3
BALANÇO PATRIMONIAL	4
NOTAS EXPLICATIVAS	11
01 CONTEXTO OPERACIONAL.....	11
02 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS.....	11
03 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS	16
04 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO	17
05 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	17
06 CRÉDITOS DE FORNECIMENTO DE SERVIÇOS.....	18
07 ADIANTAMENTOS DE PESSOAL	18
08 ESTOQUES DE MATERIAIS DE CONSUMO.....	18
09 IMOBILIZADO.....	19
10 INTANGÍVEL.....	20
11 FORNECEDORES.....	20
12 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E SOCIAIS.....	20
13 CONTINGÊNCIAS E APROPRIAÇÕES POR COMPETÊNCIA.....	21
14 REPASSES RECEBIDOS DA UNIÃO PARA INVESTIMENTOS E A MUDANÇA DE CRITÉRIO CONTÁBIL.....	23
15 RECEITA DIFERIDA LÍQUIDA	23
16 OBRIGAÇÕES DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR.....	24
17 CAPITAL SOCIAL.....	24
18 AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	24
19 RESERVAS DE RETENÇÃO DOS LUCROS E PREJUÍZOS ACUMULADOS	25
20 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	25
21 CUSTOS DOS SERVIÇOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS POR NATUREZA	26
22 DESPESAS COM BENEFÍCIOS A EMPREGADOS.....	27
23 OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	27
24 RESULTADO FINANCEIRO	27
25 SEGUROS DE RISCOS.....	28
26 CONCILIAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COM BASE NA LEI Nº 6.404/76 E LEI Nº 4.320/64.....	28
27 CONCILIAÇÃO DOS REPASSES RECEBIDOS COMO ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL E SEU REFLEXO NA COORDENAÇÃO-GERAL DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS (COPAR)	31
28 REMUNERAÇÕES PAGAS A EMPREGADOS E ADMINISTRADORES	32

Demonstrações Financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2017
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2017

O Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA é uma instituição pública e universitária, integrante da rede de hospitais universitários do Ministério da Educação (MEC) e vinculada academicamente à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Sendo um dos principais centros de atenção médica do estado, é também um polo de investigação científica e tecnológica. Oferece assistência integral à saúde dos cidadãos, através de suas equipes de saúde das clínicas médica, cirúrgica, pediátrica, obstétrica e psiquiátrica, em conjunto com equipes multiprofissionais.

Em 2017 foram realizadas na instituição mais de 589 mil consultas, 31 mil internações, 49 mil cirurgias, 3 milhões de exames e mais de 3 mil partos. Ainda, foram realizados 495 transplantes, 1,85% a mais que no ano passado, reafirmando a vocação institucional para procedimentos de alta complexidade.

A busca de melhoria contínua e da excelência assistencial é evidenciada na atuação do Núcleo de Segurança do Paciente, composto pelo Programa de Gestão da Qualidade e da Informação em Saúde (Qualis) e pela Comissão de Gerência de Risco Sanitário-Hospitalar, e da Comissão de Controle de Infecções Hospitalares (CCIH). Na organização dos fluxos internos e no relacionamento com o restante da rede de saúde destacam-se a atuação do Núcleo Interno de Regulação (NIR) e do Núcleo de Acesso e Qualidade Hospitalar (NAQH).

Na área da pesquisa, o Clínicas mantém convênios com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul (Fapergs), Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes), Departamento de Ciência e Tecnologia do Ministério da Saúde (Decit/MS), e com a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh). No HCPA atuam hoje 469 pesquisadores responsáveis com projetos de pesquisa e 589 doutores atuantes entre professores e contratados. Em 2017, foram realizadas 3.091 consultorias de pesquisa e aprovados 685 projetos. Foram 671 artigos publicados, sendo que o número de citações aumentou em 9%, o que demonstra maior inserção da pesquisa no âmbito internacional.

O HCPA também tem papel fundamental no ensino, tendo 15 cursos de graduação com atividades dentro da instituição, em um total de 86 disciplinas ou estágios. Também considerando os cursos de graduação, passaram pelo HCPA 1.534 alunos no primeiro semestre e 1.630 alunos no segundo semestre letivo. Na pós-graduação, há apoio a 22 Programas de Pós-graduação da UFRGS, sendo 11 vinculados a Faculdade de Medicina e dois programas de mestrado profissional em Pesquisa Clínica e em Prevenção e Assistência a Usuários de Álcool e Outras Drogas.

Na residência médica, a instituição mantém 46 Programas de Residência Médica, 31 áreas de atuação, dois anos opcionais e quatro Programas de Residência Médica em Transplantes. Durante este ano estiveram em formação no HCPA 560 médicos residentes. Na Residência Integrada Multiprofissional em Saúde, que oferece nove áreas de atuação, houve 89 profissionais em formação e 41 profissionais concluíram a residência em 2017. O hospital oferece também Programa Institucional de Cursos de Capacitação para Alunos em Formação (Piccaf), Programa Institucional de Cursos de Capacitação e Aperfeiçoamento Profissional (Piccap), Programa Jovem Aprendiz e Programa de Acolhimento e Integração Institucional.

Ainda em 2017, o Hospital de Clínicas foi reacreditado pela *Joint Commission International*. Foi também uma das instituições agraciadas no 21º Concurso Inovação no Setor Público e recebeu os prêmios Top of Mind, sendo o hospital mais lembrado pelos porto-alegrenses e o Top Ser Humano, por sua atuação na área de Gestão de Pessoas.

Em paralelo a todo esse cenário descrito, ao longo de 2017, o HCPA manteve a condução das obras dos prédios anexos, bem como ampliação do prédio-garagem, que irá contemplar a ampliação de 516 vagas para a comunidade interna.



Demonstrações Financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2017
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Balanco Patrimonial

Ativo	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Circulante			
Caixa e Equivalente de Caixa	5	58.855	35.005
Créditos a Receber a Curto Prazo			
Faturas e Duplicatas a Receber		138	125
Crédito de Fornecimento de Serviços	6	40.502	45.827
Contingências e apropriações por Competência	13	157.371	151.834
Adiantamentos de Pessoal	7	14.502	11.572
Adiantamentos a Unidades e Entidades		-	619
Demais Contas a Receber		2.133	134
Adiantamentos a Fornecedores		15	14
Estoques			
Estoques Materiais de Consumo	8	20.324	21.833
Importação em Andamento		231	1.208
Despesas Pagas Antecipadamente			
Assinaturas e Anuidades a Apropriar		135	140
		294.206	268.311
Não Circulante			
Realizável a Longo Prazo			
Depósitos Judiciais		1.966	1.844
Contingências e apropriações por Competência	13	278.858	242.661
Demais Contas a Receber		44	-
Imobilizado	9	782.151	625.157
Intangível	10	401	765
		1.063.420	870.427
Total do Ativo		1.357.626	1.138.738

Demonstrações Financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2017
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Passivo

	Nota	31/12/2017	31/12/2016
Circulante			
Fornecedores	11	35.745	38.231
Obrigações Tributárias e Sociais	12	2.818	2.410
Obrigações a Restituir		-	12.225
Contingências e apropriações por Competência a Pagar	13	157.371	151.834
Outras Obrigações		4.087	3.288
		200.021	207.988
Não Circulante			
Exigível a Longo Prazo			
Subvenções e Doações para Investimentos		-	11.188
Contingências e apropriações por Competência a Pagar	13	278.858	242.661
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	14	455.090	-
Receita Diferida Líquida	15	-	297.148
		733.948	550.997
Patrimônio Líquido			
Capital Realizado	17	376.403	376.403
Adiantamento Futuro Aumento de Capital	14	165.273	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	18	(16.600)	(18.173)
Reserva de Lucros	19	-	21.523
Prejuízos Acumulados	19	(101.419)	-
		423.657	379.753
Total do Passivo		1.357.626	1.138.738

Demonstrações Financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2017
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Demonstração do Resultado do Exercício	Nota	2017	2016
Receita Operacional Bruta			
Serviços Prestados		222.864	224.782
Repasses Recebidos		1.245.728	1.105.348
Repasses de Apropriações a Receber		47.696	31.491
		1.516.288	1.361.621
Ajustes da Receita Bruta			
Receitas de Diferido (Reversão da Subvenção)		(620)	6.680
Repasses p/Subvenções e Doações Governamentais		(165.273)	(133.437)
Repasso Concedido (CAPES)		(1.494)	(456)
		(167.387)	(127.213)
Deduções da Receita Bruta			
PIS s/Faturamento		(389)	(348)
COFINS s/Faturamento		(1.795)	(1.607)
Glosas e Abatimentos		-	(32)
		(2.184)	(1.987)
Receita Operacional Líquida	20	1.346.717	1.232.421
Custo dos Serviços	21	(1.085.180)	(1.003.050)
Resultado Operacional Bruto		261.537	229.371
Despesas Operacionais			
Despesas Administrativas		(263.037)	(243.130)
		(263.037)	(243.130)
Outras Receitas e Despesas			
Receitas		40.491	19.373
Despesas		(35.799)	(6.081)
Resultado c/Baixa Bens Imobilizado		(278)	-
	23	4.414	13.292
Lucro Antes do Resultado Financeiro		2.913	(467)
Resultado Financeiro			
Despesas Financeiras		(129.703)	(5.568)
Receitas Financeiras		2.649	2.270
	24	(127.054)	(3.298)
Resultado Líquido do Exercício		(124.141)	(3.765)

Demonstrações Financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2017
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Realizado	Remessa de Subvenção p/ Investimento	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Reservas De Lucro	Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	376.403	-	(16.854)	23.556	-	383.105
Realização Avaliação Patrimonial	-	-	(1.319)	-	1.319	-
Resultado do Exercício	-	-	-	413	(3.765)	(3.765)
Ajuste de Exercício Anterior	-	-	-	-	-	413
Transferência do Resultado p/ Reserva de Lucros	-	-	-	(2.446)	2.446	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	376.403	-	(18.173)	21.523	-	379.753
Realização Avaliação Patrimonial	-	-	(1.199)	-	1.199	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	(124.141)	(124.141)
Adiantamento para Futuro Aumento Capital	-	165.273	-	-	-	165.273
Transferência Reserv. Lucro p/ Prejuízos Acumulados	-	-	-	(21.523)	21.523	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	2.772	-	-	2.772
Saldo em 31 de dezembro de 2017	376.403	165.273	(16.600)	-	(101.419)	423.657

Demonstrações Financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2017
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Lucro Líquido do Exercício	(124.141)	(3.765)
Ajustes de Depreciação/Amortizações	21.839	21.924
<i>Impairment</i> dos Ativos	-	178
Juros e Correção Monetária sobre Depósito Recursal	(55)	-
Atualização Monetária AFAC/Reversão Subvenção	146.754	-
Variação Cambial Passiva (Importação)	72	365
Variação Cambial Ativa (Importação)	(87)	(145)
Baixa de Bens Imobilizados	807	2.241
Produção Bens Imobilizado	(236)	-
Produção de Bens em Estoque	(1.669)	(1.862)
Reversão/ Provisão p/Devedores Duvidosos	(2.040)	3.433
Aumento de Recursos a Receber para Provisão de Contingências	(33.252)	(22.074)
Aumento Provisão para Contingências	33.252	22.074
Doações de Bens Móveis	(1.978)	(3.394)
Doação de Mercadorias	(4.511)	(3.057)
	158.897	19.683

Variação de Ativos e Passivos

Créditos Fornecimento Serviços (CP e LP)	7.360	2.268
Recursos a Receber de Provisão de Férias	(9.430)	(3.798)
Recursos a Receber de Licença Especial	(5.015)	(5.619)
Recursos a Receber de Previdência Privada (CP e LP)	5.961	6.236
Adiantamentos a Pessoal	(2.930)	(561)
Outras Contas a Receber a Curto Prazo	(1.390)	418
Depósitos Judiciais/Devedores p/Convênios	(165)	(499)
Importações em Andamento (Estoque)	977	(109)
Estoques	7.689	7.489
Despesas Pagas Antecipadamente	6	(121)
Fornecedores	(2.486)	(2.528)
Outras Obrigações a Pagar	(11.374)	13.486
Obrigações com Pessoal	1	-
Obrigações Sociais a Pagar	(264)	396
Obrigações Tributárias a Pagar	673	(632)
Provisão p/Férias	9.430	3.798
Provisão p/Previdência Privada (CP e LP)	(5.961)	(6.236)
Provisão p/Licença Especial	5.015	5.619
	(1.903)	19.607

Caixa Líquido gerado pelas atividades operacionais

32.852

35.525

Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento

Aquisições de Bens Imóveis	(169.930)	(134.248)
Aquisições de Bens Móveis	(4.245)	(5.922)
Aquisições de Importação em Andamento	(1)	(274)
Aquisições de Bens Intangíveis	(100)	(2)

Caixa Líquido gerado pelas atividades de investimento

(174.276)

(140.446)

Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento

Subvenções Governamentais/Receitas Diferidas Repassadas	-	124.169
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	165.273	-

Caixa Líquido gerado pelas atividades de financiamento

165.273

124.169

Caixa Adicionado no Período

23.849

19.248

Demonstrações Financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2017
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Exercício	35.005	15.757
Caixa e Equivalente de Caixa no Final do Exercício	<u>58.855</u>	<u>35.005</u>
Redução/Aumento de Caixa e Equivalente de Caixa	<u>23.849</u>	<u>19.248</u>
Doações de Bens Móveis (Imobilizado)	1.978	3.394
Doações de Mercadorias (Estoques)	4.511	3.057
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	413
Transações que não envolveram o Caixa	<u>6.489</u>	<u>6.864</u>

(Handwritten signatures in blue ink)

Demonstrações Financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2017
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Demonstração do Valor Adicionado	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Receitas		
Prestação de Serviços	222.864	224.751
Outras Receitas	36.968	18.267
Prov.Créd.Liq.Duv.-Reversão/Constituição	464	(3.570)
Reversão Custo Diferido	(34.279)	-
	<u>226.017</u>	<u>239.448</u>
Insumos Adquiridos de Terceiros (c/ICMS e IPI)		
Custos dos Serviços Prestados	(135.252)	(142.751)
Serviços de Terceiros	(132.426)	(133.026)
Perda/recuperação de Valores Ativos	(762)	(1.819)
	<u>(268.440)</u>	<u>(277.596)</u>
Valor Adicionado Bruto	<u>(42.423)</u>	<u>(38.148)</u>
Despesas com Depreciação/Amortização	22.404	22.687
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	<u>(64.828)</u>	<u>(60.835)</u>
Valor Adicionado Recebido em Transferências		
Receitas Financeiras	2.649	2.270
Repasses Recebidos (-) Subvenções	1.128.151	1.003.401
Repasse Concedidos/Diferido	(1.494)	(455)
Receitas de Diferido (Reversão de Subvenções)	(620)	6.680
Receitas de Aluguéis	4.083	3.671
	<u>1.132.768</u>	<u>1.015.567</u>
Valor Adicionado Total a Distribuir	<u>1.067.940</u>	<u>954.732</u>
Distribuição do Valor Adicionado		
Pessoal		
Remuneração Direta	724.932	650.603
Benefícios	76.127	69.151
FGTS	62.231	52.773
Impostos, Taxas e Contribuições		
Federais	195.010	176.421
Estaduais/Municipais	85	181
Remuneração de Capitais de Terceiros		
Despesas Financeiras	129.703	5.568
Locação de Imóveis/Condomínio	1.060	938
Locação de Máquinas e Equipamentos	2.933	2.862
Remuneração dos Capitais Próprios		
Resultados Retidos do Exercício	(124.141)	(3.765)
Valor Adicionado Distribuído	<u>1.067.940</u>	<u>954.732</u>

Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Notas Explicativas

01 Contexto Operacional

O Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA com sede em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, é uma empresa pública de direito privado, criado pela Lei n° 5.604, de 02 de setembro de 1970, sendo regido pelo seu Estatuto Social e caracteriza-se por ser uma Unidade Orçamentária do Ministério da Educação (MEC), com patrimônio próprio e autonomia administrativa. Vincula-se academicamente à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como apoio ao ensino e a pesquisa junto aos cursos da Faculdade de Medicina, da Escola de Enfermagem e demais cursos vinculados à área da saúde, sendo campo de aprendizado para cursos de graduação e pós-graduação.

É um Hospital Geral Universitário, que presta assistência médico-hospitalar a pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS), a Convênios Privados e a Pacientes Particulares.

Em 21 de novembro de 2017 foi aprovada a alteração do Estatuto Social da Instituição adequando-o a Lei n° 13.303 de 27 de julho de 2016 (Lei das Estatais) e ao Decreto n° 8.945 de 27 de dezembro de 2016. A partir de então, do ponto de vista organizacional, a Assembleia Geral, representada pela União, delibera sobre todos os negócios relativos ao seu objeto, sendo regido pela Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

O HCPA é administrado pelo Conselho de Administração (CA) como órgão colegiado de deliberação estratégica e controle da gestão e pela Diretoria Executiva (DE) como órgão executivo de administração e representação. O Conselho de Administração (CA) é composto por integrantes vinculados à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e membros representantes dos Ministérios da Educação (MEC), da Saúde (MS), da Fazenda (MF) e do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) e a Diretoria Executiva (DE) que é composta por Diretora-Presidente, Diretor-Médico e Diretor Administrativo.

Os professores da UFRGS atuam, no HCPA, na preceptorial dos programas de Residência Médica e Residência Integrada Multiprofissional em Saúde (RIMS). Os funcionários são contratados sob o regime da CLT, e o Capital Social pertence integralmente à União Federal. Possui como órgão fiscalizador o Conselho Fiscal, composto por dois membros do Ministério da Educação (MEC) e um membro representante do Ministério da Fazenda (MF).

Em 20 de abril de 2018 as demonstrações financeiras foram aprovadas pela Assembleia Geral Ordinária.

02 Principais Políticas Contábeis

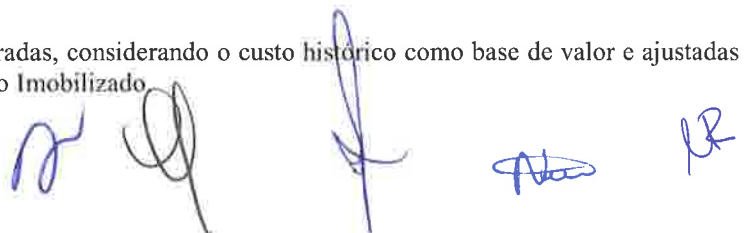
As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

(a) Base de Preparação

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e são apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e atendem as disposições contidas na legislação societária (Lei 6.404/76 e alterações subsequentes incluindo a aplicação da Lei n° 11.638/07), as Normas Brasileiras de Contabilidade, os pronunciamentos e as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. Sendo assim, essa demonstração está sendo apresentada pela Instituição como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto das Demonstrações Financeiras.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas, considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de todo o Ativo Imobilizado



Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

(b) Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgações

Em julho de 2017, foi atualizada a macrofunção SIAFI nº 02.11.22 a qual normatiza as participações da União no Capital das Empresas e define o reconhecimento dos valores repassados pela União para investimentos, como Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC). Atendendo a estas orientações, os valores recebidos até 31/12/2016 foram registrados no Passivo Não Circulante (PNC) como Instrumentos Financeiros e corrigidos pela Taxa SELIC nos termos do Decreto nº 2.673/1998 e os valores recebidos a partir de janeiro de 2017 foram registrados no Patrimônio Líquido (PL) como Instrumentos Patrimoniais. Esta Norma define também, que os repasses recebidos da União para custeio (sem contraprestação da empresa investida) devem ser reconhecidos no resultado do exercício.

Devido ao exposto, os valores de Subvenções e Doações Governamentais, que até 30 de junho de 2017 eram registrados no Passivo Não Circulante (PNC) e reconhecidos no resultado quando da sua realização, em conformidade com a NBC T TG nº 07, foram transferidos para as contas de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) e os valores registrados em Subvenções que correspondiam a repasses recebidos para Custeio e o saldo existente na conta de Custos Diferidos (valor já realizado) foram transferidos para o Resultado do Exercício de 2017.

Nota de conciliação: Os registros no SIAFI, com base na Lei, nº 4.320 de 1964, referente a correção do AFAC pela taxa SELIC e às reversões das Subvenções para Custeio e do saldo na conta Custos Diferidos, foram realizados em conta de Ajustes de Exercícios Anteriores, conforme prevê a Nota Técnica nº 04/2017/CCON/CGF/SPO/SPO, enquanto que na Contabilidade Societária, levantada com base na Lei, nº 6.404 de 1976, foram realizados em contas de Resultado do Exercício de 2017.

O registro em conta de Resultado do Exercício de 2017 deve-se ao fato de que a contabilização, até então, possuía amparo na NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais, aprovada através da Resolução 1.305/10 pelo Conselho Federal de Contabilidade, além disso, o disposto no Pronunciamento Técnico – CPC 23, que trata das políticas contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erro, prevê que para aplicar, retrospectivamente, nova política contábil ou corrigir erro de período anterior, devem ser identificadas evidências das circunstâncias que existiam à época em que a transação, outro evento ou condição ocorreu, e que estavam presentes e disponíveis quando as demonstrações contábeis relativas àquele período anterior foram elaboradas e que a informação teria estado disponível quando as demonstrações contábeis desse período anterior foram autorizadas para divulgação. Porém, no presente caso, a unificação do critério de contabilização e reconhecimento dos repasses realizados pela União como AFAC ocorreu em julho de 2017, ou seja, posterior a publicação das Demonstrações Financeiras dos exercícios anteriores.

Adicionalmente ao exposto, foi considerada a manifestação da Auditoria Independente a qual validou o critério utilizado até 31/12/2016 pelo HCPA e considerou o efeito desta mudança como resultado do exercício de 2017 e não retrospectivo.

(c) Base da elaboração das Demonstrações Financeiras

A elaboração das Demonstrações Financeiras observa os aspectos da Lei 6.404/76 e Lei 11.638/07 e o Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), Sistema Financeiro do Governo Federal, no qual o HCPA aderiu em 01 de janeiro de 1992, na forma da Lei nº 4.320/76.

(d) Operações com Moeda Estrangeira

As operações de importação, realizadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional (Real – R\$) mediante a utilização das taxas de câmbio divulgadas pelo Banco Central do Brasil-BACEN e pela Receita Federal do Brasil- RFB. Os ganhos e perdas com variação cambial na aplicação das taxas de câmbios sobre os ativos e passivos são apresentados na Demonstração do Resultado como Receitas e Despesas Financeiras.



Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

(e) Instrumentos Financeiros

A Instituição classifica seus ativos financeiros não derivativos sob a categoria de recebíveis, reconhecidos inicialmente na data em que foram originados, pelo valor justo, e após o reconhecimento inicial são mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para *impairment*. São apresentados como Ativo Circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como Ativos Não Circulantes).

Os recebíveis da Instituição compreendem: Caixa e Equivalentes de Caixa, Crédito de Fornecimento de Serviços, Recursos a Receber para Provisões de Contingências, Recursos a Receber para Apropriações por Competência de: Férias, Décimo Terceiro Salário, Licença Especial, Tempo de Serviço Passado / Previdência Privada e demais contas a receber.

A Instituição não possui ativos financeiros mantidos para negociação, ativos disponíveis para venda e operações em derivativos.

A Instituição reconhece seus passivos financeiros não derivativos inicialmente na data em que são originados. A baixa de um passivo financeiro ocorre quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas.

A Instituição tem como passivos financeiros não derivativos fornecedores e outras contas a pagar.

(f) Caixa e equivalentes de caixa

Os ativos classificados como Caixa e Equivalentes de Caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, depósitos em poupança, investimentos de curto prazo de alta liquidez e rendimentos diários, com risco insignificante de mudança de valor.

(g) Estoques

Os estoques de materiais em almoxarifado a serem consumidos na prestação de serviços e no curso normal das atividades da Instituição são avaliados pelo custo médio ponderado de aquisição e não excedem o valor de mercado. As importações em andamento estão registradas pelos custos incorridos apropriados até 31 de dezembro de 2017. No estoque não constam itens com custo superior ao valor realizável líquido. As perdas de estoque são reconhecidas como despesa do exercício em que ocorrem.

(h) Depósitos Judiciais

Os Depósitos Judiciais estão compostos de valores recursais vinculados a causas trabalhistas, corrigidos até 31 de dezembro de 2017. Os recursos vinculados aos processos trabalhistas, depositados na Caixa Econômica Federal são atualizados pelo coeficiente de remuneração das contas do FGTS, enquanto que os depositados no Banco do Brasil são atualizados pela taxa de juros remuneratória da poupança. Os depósitos recursais referentes a processos trabalhistas são pagos com recursos próprios. Quando da execução do processo, se o desfecho for a favor do reclamante, a Instituição quita a dívida com recursos recebidos do Tesouro Nacional e o valor do depósito existente é restituído ao HCPA, devidamente corrigido.

(i) Imobilizado e Intangível

O Imobilizado e o Intangível são mensurados pelo seu custo histórico, menos depreciação ou amortização acumulada. Os terrenos não são depreciados. O custo dos bens constantes no Patrimônio e nas Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2009 foi ajustado conforme laudo de empresa especializada, contratada para refletir o custo atribuído aos bens do permanente. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do Ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando esses custos adicionais puderem ser mensurados com segurança e quando dos quais espera-se benefícios econômicos futuros. Os valores contábeis de itens ou peças substituídas são baixados. Os gastos com reparos e manutenções possuem como contrapartida o resultado do exercício, quando incorridos. (Nota nº09 e nº 10)



Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Para que não haja perda do custo histórico, a depreciação ou amortização nas Demonstrações Financeiras está demonstrada pelo valor acumulado, desde a data do início de operação na Instituição, acrescido da depreciação do custo atribuído a partir do exercício de 2010.

As depreciações e amortizações são calculadas usando o método linear, considerando os seus custos durante a vida útil estimada, como demonstrado a seguir:

	VIDA ÚTIL ESTIMADA
Edificações (Prédios)	De 40 anos a 100 anos
Máquinas e Equipamentos	De 04 anos a 10 anos
Maquinas de Processamento de Dados	De 06 anos a 10 anos
Móveis, Utensílios Diversos.	De 06 anos a 10 anos
Veículos	De 03 anos a 10 anos
Intangível – Software	05 anos

(j) **Impairment de ativos não financeiros**

A administração do HCPA revisa o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o imobilizado a ser mantido e utilizado nas operações, com o objetivo de determinar e avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias que indiquem, quando um valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não pode ser recuperado.

São realizadas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperabilidade dos ativos de vida longa e medir a taxa potencial de deterioração, com base nos fluxos de caixa futuros projetados e descontados durante a vida remanescente estimada dos ativos, conforme o surgimento de novos acontecimentos ou novas circunstâncias. Nesse caso, uma perda seria reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de vida longa. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre: (a) o valor de venda dos ativos menos os custos estimados para venda e b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou unidade geradora de caixa.

(k) **Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações assumidas pelas compras de bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo reconhecidas pelo valor justo e classificadas como passivos circulantes, pois a Instituição tem por prática o pagamento dos fornecedores no vencimento que é de até 30 dias após a certificação do serviço prestado ou bem adquirido. (Nota nº 11)

(l) **Obrigações Tributárias**

Na conta Obrigações Tributárias, são registrados os tributos federais PIS e COFINS incidentes sobre receitas próprias e os valores retidos dos fornecedores, referentes a tributos municipais incidentes sobre serviços prestados na sede da Instituição, conforme Lei Complementar Municipal nº 306/93 e 07/73 e Leis Federais incidentes sobre bens ou serviços fornecidos conforme IN/RFB nº 1.234 de 11/01/2012 e IN/RFB nº 971 de 2009. A Instituição goza de isenção dos demais tributos federais conforme artigo nº 15 da Lei 5.604 de 02 de setembro de 1970. (Nota nº 12)

(m) **Benefícios a Empregados**

A Instituição possui diversos planos de benefícios a empregados, como auxílio creche, assistência médica, seguro de vida, auxílio alimentação, entre outros, que são reconhecidos no resultado do exercício em que ocorre a prestação do serviço ao empregado. Como benefício pós-emprego a Instituição oferece plano de aposentadoria complementar.



Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

(n) Contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias e outras) são reconhecidas quando: (i) a Instituição tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação.

O valor das ações cuja probabilidade de perda, segundo a área jurídica do HCPA, é considerada possível é de: R\$ 11.032 Cíveis, R\$ 116.024 Trabalhistas e R\$ 19.619 Tributárias, totalizando R\$ 146.675.

Os valores estimados das causas trabalhistas e ainda não depositados são inscritos em Recursos a Receber já que esta despesa é coberta por recursos repassados pelo Tesouro Nacional. (Nota nº13).

(o) Reconhecimento da Receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação dos serviços no curso normal das atividades da Instituição.

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos, dos descontos, dos ajustes da receita referentes à dedução dos repasses recebidos da União para investimento e contabilizada independentemente de seu efetivo recebimento.

(p) Serviços Prestados

Todos os serviços prestados pela Instituição, ao Sistema Único de Saúde (SUS), a convênios privados, particulares, pesquisas e ensino, estão contabilizados na competência em que o fato gerador ocorreu e pelo seu valor bruto sem deduções.

(q) Repasses Recebidos

Esta rubrica representa os valores descentralizados pelo MEC para cobrir despesas com folha de pagamento de pessoal, encargos sociais, benefícios, financiamento do Tempo de Serviços Passado / Previdência Complementar e outras despesas, todas relacionadas com os funcionários da Instituição.

Também estão inclusas as descentralizações de recursos repassados pelo MEC e por outros órgãos através de convênios para cobrir despesas de capital e custeio.

Ainda fazem parte desta rubrica, as transferências de recursos por empresas privadas, para realização de projetos específicos.

(r) Ajustes da Receita Bruta

Neste grupo, até 31/12/2016, foram lançados os ajustes da conta de receita de Repasses Recebidos, conforme prevê o CPC nº. 7 (R1) e Resolução do Conselho Federal de Contabilidade CFC nº 1.143 de 21 de novembro de 2008, sendo a receita excluída do resultado e lançada no Passivo no momento da descentralização ou da transferência dos créditos, e incluída no Resultado quando da respectiva baixa no Passivo na mesma proporção em que ocorria a apropriação das despesas de custeio ou as despesas de depreciação dos bens adquiridos com esses recursos ou ainda, na devolução dos recursos não utilizados.



Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

A partir de 2017 os repasses recebidos da União para Investimento passaram a ser registrados como Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), em conformidade com o disposto na macrofunção SIAFI nº 02.11.22.

(s) Receitas Financeiras

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação às contas a receber, a Instituição reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento.

Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida à receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento.

(t) Custos dos Serviços e Despesas Administrativas

Os custos dos serviços e despesas administrativas foram apropriados de acordo com a compatibilização dos valores contábeis e os valores existentes nos controles elaborados pelo Serviço de Análise e Controle do HCPA que considera as seguintes premissas de cálculo: a análise é feita por grupos de centros de custos agrupados por áreas afins, sendo 36 classificados como administrativos e 150 grupos relacionados à atividade fim. Os valores dos custos diretos são distribuídos em: pessoal, material, depreciação, serviços, água, energia e telefone. Não são considerados os grupos de centro de custos referente os complementos patrimoniais, custos não operacionais e obras em andamento.

Na determinação do resultado do exercício foram computados os custos e as despesas pagos ou incorridos correspondente às receitas de serviços reconhecidas no exercício. (Nota nº21).

(u) Publicação da Concessão de Suprimento de Fundos

Atendendo o Princípio da Publicidade previsto no art. 37 da Constituição Federal e art. 3º da Lei nº 8.666/93 (item 9.1.10 do relatório de Auditoria - Acórdão/TCU nº 1276/2008), o ato de concessão de suprimento de fundos é divulgado em meio eletrônico no seguinte endereço eletrônico: www.hcpa.edu.br e intranet.

(v) Novas Normas, Alterações e Interpretações de Normas

Das normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras da Instituição destaca-se a abaixo apresentada. Ressalta-se que não foram identificados contratos com obrigações de desempenho previstas que resultem em mudança de registros contábeis no HCPA.

03 Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados baseando-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, políticas governamentais, orientações dos Órgãos Setoriais de Controle do Ministério da Educação (MEC) e da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) assim como da Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU) e do Tribunal de Contas da União (TCU) e demais fatores considerados razoáveis para as circunstâncias. Com base em diversas premissas, a Instituição faz estimativas com relação ao futuro resultantes de um orçamento econômico, continuamente acompanhado pela Coordenadoria de Gestão Financeira (COFIN) e pela Diretoria Executiva do HCPA.



Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

As demonstrações financeiras incluem, portanto, várias estimativas, dentre elas: seleção de vida útil dos bens do imobilizado, provisões para créditos de liquidação duvidosa, provisões para contingências tributárias, cíveis e trabalhistas, redução do valor recuperável de ativos, entre outras.

04 Gestão de Risco Financeiro

(a) Risco de Liquidez

O risco da Instituição não dispor de recursos suficientes para honrar seus compromissos financeiros é administrado através do monitoramento das previsões de um fluxo orçamentário realizado pela Coordenadoria de Gestão Financeira (COFIN). A este departamento compete assegurar que haja caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, obedecendo às leis vigentes e assegurando que haja empenho prévio para os compromissos assumidos dentro dos recursos orçamentários previstos. A realização de despesas com recursos diretamente arrecadados é efetivada após o recebimento efetivo dos mesmos.

(b) Risco de Crédito

Os riscos de crédito da Instituição, decorrentes de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos, valores a receber do Tesouro Nacional e dos clientes de convênios e particulares, são mínimos e administrados corporativamente.

A administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

Os recursos oriundos do Tesouro Nacional são deliberados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias e fixados pela Lei Orçamentária Anual e suas regulamentações.

No exercício de 2017 os recursos orçamentários foram fixados pela Lei 13.414, de 10 de janeiro de 2017, publicada no DOU em 11 de janeiro de 2017.

(c) Estimativa do Valor Justo

Os saldos das Contas a Receber dos Clientes e Contas a Pagar aos fornecedores estão próximos de seus valores justos.

A Instituição aprovou no Conselho Diretor (atual Conselho de Administração) na reunião nº 418, realizada em 23 de outubro de 2017, as Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) relativos a perdas prováveis (*impairment*) de Contas a Receber de Clientes, utilizando como critério as contas não recebidas e vencidas há pelo menos seis (6) meses, acrescido de uma análise técnica qualitativa de cada devedor.

Os Estoques garantem 53,15 dias de utilização, com os preços médios devidamente de acordo com o mercado. O volume dos estoques decorre muitas vezes da política governamental orçamentária de cada exercício. Existem recursos subvencionados para este fim que necessitam ser liquidados durante o exercício.

05 Caixa e Equivalentes de Caixa

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Caixa	17	10
Conta Corrente	1.900	3.007
Depósitos Bancários de Curto Prazo	25.093	22.995
Conta Limite de Saque	31.845	8.993
Saldo Contábil	<u>58.855</u>	<u>35.005</u>

Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

A conta limite de saque é composta pelo saldo dos recursos públicos vinculados a convênios ou recursos especiais que não podem ser aplicados em Fundos de Curto Prazo. Estes recursos estão disponíveis para cobrir despesas de capital ou custeio.

06 Créditos de Fornecimento de Serviços

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Sistema Único de Saúde (SUS)	35.914	45.392
Convênios Privados	13.537	14.198
Clientes Particulares	2.696	223
Créditos Diversos	419	119
Subtotal	<u>52.566</u>	<u>59.932</u>
Apropriação por Competência – PCLD	(16.688)	(18.729)
Valor Líquido a Receber	<u>35.878</u>	<u>41.203</u>
Outras Faturas a Receber (FNS)	<u>4.624</u>	<u>4.624</u>
Saldo Contábil	<u>40.502</u>	<u>45.827</u>

Os Créditos de Fornecimento de Serviços correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Instituição.

O valor de R\$ 4.624, outras faturas a receber, corresponde ao valor devolvido ao FNS referente à ação nº 8585 devido o cancelamento de RAPNP (2012 a 2014) parcela esta pertencente ao contrato firmado com o Gestor de Saúde do Município de Porto Alegre pela prestação de serviços SUS. A Instituição aguarda reposição do crédito orçamentário e financeiro, visto o cancelamento dos Restos a Pagar Processados (RAPs) ter sido motivado pelo rompimento de contratos com fornecedores. Não houve, em etapas posteriores, nova licitação para atender as demandas de custeio das atividades do HCPA inerentes aos contratos cancelados.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo menos as Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (“PECLD” ou “Impairment”).

07 Adiantamentos de Pessoal

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Décimo Terceiro Salário	7.322	5.790
Férias	4.778	3.868
Abono sobre Férias	2.389	1.900
Outros Adiantamentos Concedidos a Pessoal	13	14
Saldo Contábil	<u>14.502</u>	<u>11.572</u>

Por ocasião do pagamento das férias de pessoal, a Instituição tem por prática adiantar 50% do décimo terceiro salário do exercício de competência. O saldo do adiantamento de décimo terceiro salário refere-se ao exercício de 2017 enquanto que o saldo de férias refere-se ao pagamento em dezembro relativo à competência janeiro de 2018.

08 Estoques de Materiais de Consumo

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Medicamentos	6.951	6.367
Material Médico, Hospitalar e Laboratorial	7.472	9.722
Material de Órtese e Prótese	1.275	1.170
Materiais e Utensílios	454	397
Rouparia (uniformes)	1.217	1.110







Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Higiene, Limpeza, Segurança, Proteção	336	408
Material Expediente/Informática/Gráfica	404	511
Combustíveis, Lubrificantes, Gases	71	74
Materiais Engenharia/Ferramentas/Elétrico/Predial	2.144	2.074
Saldo Contábil	20.324	21.833

Os estoques representam os materiais em almoxarifado a serem consumidos na prestação de serviços e no curso normal das atividades da Instituição. São avaliados pelo custo médio ponderado de aquisição e não excedem o valor de mercado.

09 Imobilizado

	Tx.%	Custo	Depreciação	Redução a valor recuperável	31/12/2017 Saldo	31/12/2016 Saldo
Edifícios	i	210.541	(52.178)	-	158.363	162.495
Terrenos		68.414	-	-	68.414	68.786
Obras em Andamento [1]		458.192	(262)	-	457.930	290.432
Bens Móveis e Imóveis	10 a 20	210.312	(121.143)	(124)	89.045	96.103
Informática	20 a 50	23.060	(14.936)	-	8.124	6.991
Veículos Diversos	10 a 20	1.016	(714)	(43)	259	350
Subtotal Imobilizado		971.535	(189.233)	(167)	782.135	625.157
Importação em Andamento		16	-	-	16	-
Saldo Contábil		971.551	(189.233)	(167)	782.151	625.157

[1] O saldo de obras em andamento está acrescido de benfeitorias em prédios de terceiros, razão pelo qual há depreciação.

O Imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. Os terrenos não são depreciados.

A depreciação acumulada está demonstrada pelo valor acumulado da data do início da operação na Instituição acrescido da depreciação do custo atribuído a partir do exercício de 2010. As depreciações são calculadas usando o método linear, considerando os custos dos ativos durante a vida útil estimada dos mesmos.

(a) Movimentação do Ativo Imobilizado

	Custo 31/12/2016	Aquisições	Ajuste Menos Valia	Baixas	Custo 31/12/2017
Edifícios	210.541	-	-	-	210.541
Terrenos	68.414	-	-	-	68.414
Obras em Andamento ¹	290.617	167.575	-	-	458.192
Bens Móveis e Imóveis	202.186	6.193	2.563	(629)	210.312
Informática	20.421	2.630	196	(187)	23.060
Veículos Diversos	1.003	-	13	-	1.016
Total Imobilizado	793.182	176.398	2.772	(816)	971.535

Notas Explicativas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2017
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

10 Intangível

	<u>Tx. %</u>	<u>Custo</u>	<u>Depreciação</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Software	20 a 50	6.178	(5.777)	401	765
Saldo Contábil		6.178	(5.777)	401	765

O Intangível é mensurado pelo seu custo histórico, menos a amortização acumulada.

A amortização acumulada está demonstrada pelo valor acumulado desde a data do início de operação na Instituição acrescido da amortização do custo atribuído a partir do exercício de 2010. As amortizações são calculadas usando o método linear, considerando os custos dos ativos durante a vida útil estimada dos mesmos.

11 Fornecedores

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Consórcio Tratenge Engeform	13.678	2.054
Unimed Porto Alegre - Cooperativa Médica Ltda.	2.962	-
Nacon Engenharia Ltda.	1.034	-
ACECO TI AS	857	-
	18.531	2.054
Demais Fornecedores	17.214	36.177
Saldo Contábil	35.745	38.231

Entre os quatro principais fornecedores, que representam 51,84% do saldo total de Fornecedores a Pagar em dezembro de 2017, está o Consórcio Tratenge Engeform que é responsável pela realização das obras dos Anexos cujo projeto é o de expansão do HCPA. A contratação desta empresa foi realizada por meio do processo licitatório nº 128663 em 2013 e contrato nº 12727. O valor nominal do contrato é de R\$ 397.338 tendo como saldo atualizado até 31/12/2017 o valor de R\$ 471.370. A previsão de conclusão das obras e quitação do fornecedor é dezembro/2018 o que depende do valor a ser repassado para o HCPA, na ação 148G, no ano de 2018. E o fornecedor Nacon Engenharia Ltda. responsável pela realização das obras de construção e ampliação do Edifício Garagem, esta contratação ocorreu por meio de processo licitatório nº 131.407 do ano de 2014, contrato nº 15.212. A previsão de conclusão é em julho de 2018. O valor nominal do contrato é de R\$ 9.712 e seu valor atualizado até 31/12/2017 é de R\$10.792.

12 Obrigações Tributárias e Sociais

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Tributos Federais e Municipais retidos de Fornecedores	2.289	1.705
PIS sobre Faturamento	42	26
COFINS sobre Faturamento	195	123
Obrigações Tributárias	2.526	1.854
Obrigações Sociais	292	556
Saldo Contábil	2.818	2.410

Na conta Obrigações Tributárias, são registrados os impostos federais PIS e COFINS e os valores retidos de fornecedores, conforme Lei Complementar Municipal nº 306/93 e 07/73 e federais conforme IN/RFB nº 1234 de 30/01/2012 e IN/RFB nº 971 de 2009. Todos os valores retidos dos fornecedores são recolhidos aos cofres públicos por ocasião do pagamento ao fornecedor. A Instituição goza de isenção de impostos federais conforme artigo nº 15 da Lei 5.604 de 02 de setembro de 1970. O saldo de Obrigações Sociais é composto pela retenção previdenciária incidente sobre serviços pagos a Fornecedores.







Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

13 Contingências e Apropriações por Competência

			31/12/2017	31/12/2016
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Total
Contingências (a)	8.346	257.506	265.852	232.601
Férias a Pagar (b)	94.789	-	94.789	85.359
Licença Especial (c)	49.966	-	49.966	44.951
Tempo de Serviço Passado TSP (d)	4.270	21.352	25.622	31.584
Saldo Contábil	157.371	278.858	436.229	394.495

A Instituição registra no ativo os recursos a receber relativos às provisões e valores a pagar registrados no passivo, provenientes de despesas com pessoal, os quais são custeados com recursos advindos do Tesouro Nacional.

Os recursos a receber, bem como os valores a pagar e provisões relacionadas estão mensurados pelo valor presente dos gastos, conforme segue:

(a) Contingências

			31/12/2017	31/12/2016
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Total
Contingências Trabalhistas	6.382	241.159	247.541	215.312
Contingências Cíveis	1.964	15.475	17.439	16.546
Contingências Tributárias	-	872	872	743
Saldo de Contingências	8.346	257.506	265.852	232.601

A movimentação de precatórios e provisões de contingências do período está demonstrada a seguir:

				31/12/2017
	Trabalhista	Cível	Tributária	Total
Saldo Inicial	215.312	16.546	743	232.601
Adições	35.399	2.896	129	38.424
Baixas por Pagamento	(3.170)	(273)	-	(3.443)
Baixas por Reversão	-	(1.730)	-	(1.730)
Saldo de Contingências	247.541	17.439	872	265.852

São reconhecidas como contingências as ações judiciais, classificadas como perdas prováveis. Desta forma as contingências (trabalhistas, cíveis e tributárias) seguem os seguintes critérios para contabilização: (i) a Instituição tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação.

Notas Explicativas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2017
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

(b) Férias a Pagar

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Férias		
Saldo Inicial	62.225	59.441
Baixas	(63.929)	(57.041)
Apropriações	<u>71.615</u>	<u>59.825</u>
Total de Férias	<u>69.911</u>	<u>62.225</u>
Encargos Sobre Férias		
Saldo Inicial	22.296	22.100
Baixas	(23.811)	(21.262)
Apropriações	<u>26.393</u>	<u>22.296</u>
Total de Encargos sobre Férias	<u>24.878</u>	<u>23.134</u>
Saldo de Férias a Pagar	<u>94.789</u>	<u>85.359</u>

(c) Licença Especial

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Licença Especial		
Saldo Inicial	32.769	28.684
Baixas	(5.372)	(4.088)
Apropriações	<u>9.021</u>	<u>8.173</u>
Total de Licença Especial	<u>36.418</u>	<u>32.769</u>
Encargos Sobre Licença Especial		
Saldo Inicial	12.182	10.649
Baixas	(1.998)	(1.520)
Apropriações	<u>3.364</u>	<u>3.053</u>
Total de Encargos sobre Licença Especial	<u>13.548</u>	<u>12.182</u>
Total de Licença Especial a Pagar	<u>49.966</u>	<u>44.951</u>

(d) Tempo de Serviço Passado (TSP)

O HCPA possui financiamento com o Banco do Brasil para Previdência Privada - TSP - a ser amortizado em 164 parcelas mensais a partir de 01 de junho de 2010, atualizadas pelo INPC com juros mensais de 0,4868%. Por ser, este valor, pago com Recursos do Tesouro Nacional possui, também, registro em Direitos a Receber no Ativo. O valor correspondente a doze prestações, encontra-se registrado no Ativo e Passivo Circulante e as demais prestações estão registradas no Ativo e Passivo Não Circulante.









Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

14 Repasses Recebidos da União Para Investimentos e a Mudança de Critério Contábil

Demonstrativo dos Ajustes Realizados

Itens	Contas	Saldo em 31/12/2017	Saldo em 31/12/2016
a	Subvenções e Doações para Investimentos	-	11.188
a	Receita Diferida	-	331.427
a	AFAC/ PNC	327.989	-
a	Receita / Resultado do Exercício de 2017	14.626	-
b	Custo Diferido	-	34.278
b	Despesa/ Resultado do Exercício de 2017	34.278	-
c	Correção pela Taxa SELIC s/ AFAC/PNC "C"	127.102	-
c	Despesa/Resultado do Exercício de 2017 "D"	127.102	-
d	Repasses a partir de 01/01/2017 > AFAC/PL	165.273	-

Para adequar os registros contábeis à mudança de critério citada na Nota 02, letra "b", foram realizados os seguintes ajustes:

(a) O saldo em 31/12/2016 das contas de Subvenções e Receita Diferida, de R\$ 11.188 e R\$ 331.427, respectivamente, foi transferido para as seguintes contas: R\$ 327.989 para a conta de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) no Passivo Não Circulante e R\$ 14.626 e Receita / Resultado do Exercício de 2017.

(b) O saldo da conta de Custo Diferido em 31/12/2016 que era de R\$ 34.278, foi revertido para conta de Despesa do Exercício de 2017.

(c) O valor de R\$ 127.102 refere-se à correção do AFAC/PNC pela Taxa SELIC e foi registrado em Despesa Financeira do Exercício de 2017.

(d) A partir de 01/01/2017, os repasses recebidos para investimentos, foram registrados em conta de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) no Patrimônio Líquido e totalizam R\$ 165.273 em 31/12/2017.

15 Receita Diferida Líquida

	31/12/2017	31/12/2016
Receita Diferida		
Saldo Inicial	-	203.648
Aquisições	-	127.779
Saldo da Receita Diferida	-	331.427
Saldo Inicial	-	(28.028)
Transferência para o Resultado	-	(6.251)
Saldo de Custo Diferido	-	(34.279)
Total da Receita Diferida Líquida	-	297.148

A partir de julho de 2017, devido à mudança de critério contábil, ver Nota nº 02, letra "b" e Nota nº 14, parte do saldo no grupo de Receita Diferida Líquida foi transferido para Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) no Passivo não Circulante e parte revertido para resultado do exercício, ver Nota nº 14.

N    

Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

16 Obrigações da Previdência Complementar

O Plano de Benefícios HCPA PREV foi criado em 2009, é patrocinado pelo Hospital de Clínicas, administrado e executado pela BB Previdência – Fundo de Pensão Banco do Brasil, estruturado sob a modalidade de Contribuição Variável (CV), na forma definida pela Resolução MPS/CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005, observando ainda que os Benefícios Programados apresentam a conjugação das características das modalidades de Contribuição Definida (CD) e Benefício Definido (BD).

Assim, observamos características de CD durante a fase de acumulação dos Benefícios Programados, onde o valor desses benefícios a serem concedidos quando da implementação das condições previstas pelos dispositivos regulamentares é conhecido, a posteriori, a partir da transformação do saldo acumulado nos Fundos Individual e Patrocinado ao longo da vida laborativa, conforme opção do Participante, em função do fator atuarial correspondente às características individuais dos Participantes e o respectivo grupo familiar. A partir de suas concessões, o pagamento destes é garantido vitaliciamente, independente da cobertura patrimonial existente nos saldos individuais, o que lhe atribui, também, características de BD.

Os mais recentes estudos atuariais do valor presente da obrigação de benefício definido foram realizados em 31 de dezembro de 2017 pela Mercer Gama Consultores Associados, membro do Instituto Brasileiro de Atuários. O valor presente da obrigação de benefício definido, o custo do serviço corrente e custo do serviço passado, foram medidos utilizando o método de crédito unitário projetado.

Principais Premissas Utilizadas na Avaliação Atuarial

Taxa de Juros Atuarial		5,38%
Projeção de aumento Real Média dos Salários		zero
Taxa de Rotatividade		2,55%
Indexador de Reajuste dos Benefícios do Plano		INPC (IBGE)
Tábua de Mortalidade/Sobrevivência de Ativos		AT 2000M(Basisc)
Tábua de Mortalidade/Sobrevivência de Aposentados		AT 2000 M (Basisc)
Tábua de Mortalidade/Sobrevivência de Inválidos		EX-IAPC
Tábua de Entrada em Invalidez		TASA 27
Status do Fundo e Passivo/Ativo	2017	2016
Valor presente da Obrigação Atuarial Líquida	(74.475)	(59.642)
Valor Justo dos Ativos do plano no Final do Período	84.285	63.047
Status do Plano de Benefícios / Superávit	9.810	3.405


Considerando a posição de 31 de dezembro de 2017 dos cálculos apresentados pela Mercer Gama. O Plano HCPA Previdência apresentou resultado superavitário.

17 Capital Social

O Capital Social pertence integralmente a União Federal. O último aumento de capital ocorreu em 13 de junho de 2012, com a incorporação dos lucros acumulados apresentados nas Demonstrações Financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2011 e autorizados pelo Ministério da Fazenda. Não houve evolução do Capital nos quatro últimos exercícios.

18 Ajuste de Avaliação Patrimonial

A partir da competência 2010, na medida em que os bens objeto do ajuste de avaliação patrimonial estão sendo realizados, ou seja, depreciados, amortizados ou baixados em contrapartida do resultado, simultaneamente, os respectivos valores são transferidos dessa conta para conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados.






Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Saldo Inicial em 01 de janeiro	(18.173)	(16.854)
Recomposição pela Baixa ou Depreciação de Bens	(1.199)	(1.319)
Reversão de Menos-Valia	2.772	-
Saldo em 31 de dezembro	<u>(16.600)</u>	<u>(18.173)</u>

O do valor de R\$ 2.772 refere-se à reversão do valor de menos-valia (reavaliação) incidente sobre bens patrimoniais com saldo residual em 2010, insuficiente para o seu registrado. Este ajuste recompôs o saldo do Imobilizado e da Reserva de Reavaliação no Patrimônio Líquido.

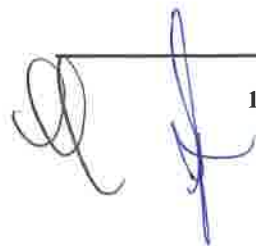
19 Reservas de Retenção dos Lucros e Prejuízos Acumulados

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Saldo da Reserva de Lucros em 01 de janeiro	21.522	23.555
Resultado do Período Findo em 31 de Dezembro	(124.142)	(3.765)
Absorção do Prejuízo do Exercício na Reserva de Lucros	(102.620)	19.790
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	413
Recomposição do Patrimônio Líquido (custo atribuído)	1.199	1.319
Reserva de Lucros Acumulados	-	21.522
Prejuízos Acumulados	(101.419)	-

O saldo em 31/12/2016 no valor de R\$ 21.522 é composto pelos resultados apurados nos exercícios de 2012 a 2016, os quais foram transferidos para Reserva de Retenção do Lucro atendendo o disposto na Lei 11.638/07.

20 Receita Operacional Líquida

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Serviços Prestados		
SUS	163.537	171.368
Convênios, Particulares e Pesquisa	59.327	53.414
Total de Serviços Prestados	222.864	224.782
Repasses Recebidos		
Repasse Recebidos	1.245.728	1.105.348
Repasse de Apropriações a Receber	47.696	31.491
Total de Repasses Recebidos	1.293.424	1.136.839
Total da Receita Bruta	1.516.288	1.361.621
Ajustes da Receita		
Receita de Diferido (Reversão da Subvenção)	(620)	6.680
Subvenções e Doações Governamentais (AFAC)	(165.273)	(133.437)
Repasso Concedido	(1.494)	(456)
Total de Ajustes da Receita	(167.387)	(127.213)
Deduções da Receita Bruta		
PIS sobre Faturamento	(389)	(348)
COFINS sobre Faturamento	(1.795)	(1.607)
Glosas e Abatimentos	-	(32)
Total das Deduções da Receita Bruta	(2.184)	(1.987)
Receita Líquida Operacional	1.346.717	1.232.421



Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

21 Custos dos Serviços e Despesas Administrativas por Natureza

			<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
	<u>Custo dos Serviços</u>	<u>Despesas Administrativas</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Salários e Encargos	740.099	179.393	919.492	825.280
Bolsas Residentes	24.955	6.049	31.004	28.958
Sentenças	4.063	985	5.048	14.577
Benefícios de Pessoal	61.923	15.010	76.933	69.151
Consumo de Materiais	108.864	26.388	135.252	142.762
Depreciações/Amortizações	18.033	4.372	22.405	22.855
Serviço de Terceiros	6.379	1.547	7.926	7.338
Consultoria/Serviços PF	9.672	2.345	12.017	11.139
Auxílio a Pesquisa/Fundação de Apoio	22.391	5.427	27.818	26.821
Loc./Manutenção Bens Móveis	8.703	2.109	10.812	9.512
Loc./Manutenção Proc. Dados	12.978	3.146	16.124	6.047
Loc./Manutenção Bens Imóveis	2.559	620	3.179	20.421
Energia Elétrica, Água e Telefone	13.722	3.326	17.048	18.843
Serviço de Controle Ambiental	888	215	1.103	1.201
Seleção e Treinamento	2.719	659	3.378	3.750
Serviços Laboratoriais	5.612	1.360	6.972	1.644
Serviços de Publicidade	357	87	444	738
Serviços de Cópias e Reprodução	2.335	566	2.901	2.405
Despesas com Transporte/Frete	570	137	707	1.917
Assinaturas/Seguros/Anuidades	1.502	363	1.865	2.631
(-) Incorporações Bens	(190)	(46)	(236)	(1.440)
(-) Produção Estoque e Permanente	(1.344)	(326)	(1.670)	(1.861)
Subtotais	<u>1.046.790</u>	<u>253.732</u>	<u>1.300.522</u>	<u>1.214.689</u>
Apropriação para Férias	7.590	1.840	9.430	3.798
Apropriação para Licença Especial	4.036	978	5.014	5.619
Provisão para Contingências	26.764	6.487	33.251	22.074
Provisões e Apropriações	<u>38.390</u>	<u>9.305</u>	<u>47.695</u>	<u>31.491</u>
Saldo Contábil	<u>1.085.180</u>	<u>263.037</u>	<u>1.348.217</u>	<u>1.246.180</u>

Os custos dos serviços e despesas administrativas foram apropriados compatibilizando os valores contábeis e os valores existentes nos controles elaborados pelo Serviço de Análise e Controle da Coordenadoria de Gestão Financeira (COFIN) ver Nota 2, letra “t”.

Na determinação do resultado do exercício foram computados os custos e despesas pagos ou incorridos correspondentes às receitas de serviços reconhecidas no exercício.

(Handwritten signatures and initials)

Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

22 Despesas com Benefícios a Empregados

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Auxílio Creche	1.369	1.260
Auxílio Alimentação	32.621	29.701
Vale Transporte	2.894	2.734
Assistência Médica	13.535	10.338
Previdência Privada	26.514	25.118
Saldo Contábil	76.933	69.151

Representa os benefícios a empregados, que são reconhecidos no resultado do período em que ocorre a prestação do serviço do empregado. Como benefício pós-emprego a Instituição oferece plano de previdência privada de aposentadoria complementar.

23 Outras Receitas e Despesas

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Outras Receitas		
Alugueis	4.083	3.670
Receitas de Leilões	76	48
Indenizações e Restituições (Previdência)	13.868	9.899
Reversão de PCLD	1.347	736
Reversão Receita Diferida (AFAC)	14.626	-
Doações de Estoque e Uso Permanente	6.491	6.573
Total de Outras Receitas	40.491	20.926
Outras Despesas		
Pensões Indenizatórias e Outros Decrécimos	(1.520)	(6.081)
Reversão Custo Diferido (Subvenções /AFAC)	(34.279)	-
Resultado com Baixa de Bens		
Reversão Depreciação	-	688
Valor Bruto de Baixa de Bens	(278)	(2.241)
Baixa de Bens e Outras Despesas	(36.077)	(7.634)
Saldo de Outras Receitas e Despesas	4.414	13.292

O valor de R\$ 14.626 de Reversão da Receita Diferida refere-se a reversão de subvenções recebidas para custeio e o valor de R\$ 34.279 Custo Diferido, refere-se a reversão para atender a mudança de critério contábil, ver Nota nº 26.

24 Resultado Financeiro

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Receita Financeira		
Remuneração de Depósitos	2.092	1.816
Juros e Multas Previstos em Contratos	415	311
Variação Cambial e Monetária Ativa	142	143
Total Receita Financeira	2.649	2.270
Despesa Financeira		
Juros sobre TSP e Multas	(1.903)	(2.897)
Variação Cambial	(698)	(2.671)
Correção Monetária AFAC	(127.102)	-



Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Total Despesa Financeira	<u>(129.703)</u>	<u>(5.568)</u>
Saldo Contábil	<u>(127.054)</u>	<u>(3.298)</u>

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

O valor de R\$ (127.102) de correção monetária é referente à atualização pela SELIC dos repasses recebidos para Investimentos, registrados como Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) (Nota nº 14).

25 Seguros de Riscos

Incêndio Vultoso e Riscos Nomeados:

A cobertura garante o pagamento de indenização pelos prejuízos de incêndio, queda de raio, explosão de qualquer natureza, e outros riscos nomeados na apólice para os imóveis, construções em andamento, instalações, mercadorias, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios e bens de terceiros em poder do HCPA. A importância segurada é de R\$ 320.408 e a vigência da apólice é de 01 de junho de 2017 a 01 de junho de 2018.

Responsabilidade Civil:

Cobertura garantindo pagamento de indenização de Responsabilidade Civil com vigência de 01 de junho de 2017 a 01 de junho de 2018. A importância segurada é de R\$ 13.277.

26 Conciliação das Demonstrações Financeiras com Base na Lei nº 6.404/76 e lei nº 4.320/64

O Hospital de Clínicas de Porto Alegre é uma empresa pública de direito privado sujeita às disposições da Lei nº 6.404/76 e as mudanças impostas pela Lei nº 11.638/07 para fins contábeis e societários. Segundo a Lei de responsabilidade Fiscal (LRF), a Instituição é considerada estatal dependente, vinculada ao Ministério da Educação que, por determinação legal, utiliza o sistema de Administração Financeira Federal (SIAFI), na modalidade total, para registro de sua execução orçamentária, financeira e patrimonial, cuja base é a Lei nº 4.320/94.

No quadro abaixo demonstra-se os valores do exercício de 2017 que compõem a contabilização em cada uma das Leis mencionadas.

Balanco Patrimonial

Ativo	<u>6.404/76</u>	<u>4.320/64</u>	<u>Diferença</u>
Circulante			
Caixa e Equivalente de Caixa	58.854	58.854	-
Créditos a Receber Curto Prazo	231.509	72.137	159.372
Estoques	20.555	20.555	-
(-) Ajuste de perdas de Créditos	(16.848)	(16.848)	-
Despesas Pagas Antecipadamente	134	134	-
	<u>294.206</u>	<u>134.833</u>	<u>159.372</u>
Não Circulante			
Créditos a Receber a Longo Prazo	278.858	-	278.858
Depósitos Judiciais	2.010	2.010	-
Imobilizado	782.552	779.780	2.772
	<u>1.063.420</u>	<u>781.790</u>	<u>281.630</u>
Total do Ativo	<u>1.357.626</u>	<u>916.623</u>	<u>441.003</u>



Notas Explicativas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2017
Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Passivo	6.404/76	4.320/64	Diferença
Circulante			
Fornecedores	35.745	32.761	2.984
Outras Obrigações	164.275	164.383	(108)
	200.020	197.144	2.876
Não Circulante			
Adiantamento p/ Futuro Aumento de Capital	455.090	452.878	2.212
Provisões p/ Contingências e TSP	278.858	279.219	(361)
Patrimônio Líquido			
Capital Realizado	376.403	376.403	-
Adiantamento p/ Futuro Aumento de Capital	165.273	165.419	(146)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(16.600)	(19.372)	2.772
Reservas de Lucro	-	2.518	19.005
Resultado de Exercícios Anteriores - Prejuízos	-	(393.323)	393.323
Prejuízos Acumulados	(101.419)	(57.911)	(65.029)
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	(86.353)	86.353
	423.657	(12.619)	436.276
Total do Passivo	1.357.626	916.623	441.002

Ativo Circulante e Não Circulante: os valores de R\$ 157.371 (de R\$ 159.372) e R\$ 278.858, correspondem aos recursos a receber relativos as apropriações por competência e as provisões de contingências referente as despesas com pessoal custeadas com Recursos do Tesouro Nacional e R\$ 2.001 (de R\$ 159.372) refere-se ao crédito a receber, Plano de Saúde (UNIMED), descontado na folha de dezembro de 2017, a ser ressarcido em 01/2018.

Ativo Permanente: R\$ 2.772, refere-se ao ajuste do valor da reavaliação negativa (menos-valia) registrado em 2014 retroativo a 2010 na conta de Ajustes de Avaliação Patrimonial, registrado no SIAIF em 01/2018.

Passivo Circulante: o valor de R\$ 2.984 na conta Fornecedores, refere-se a R\$ 2.103 da NF da empresa UNIMED (plano de saúde), correspondente à retenção FOPAG de 12/2017, parte devida pelos funcionários a qual será ressarcida em janeiro de 2018 e o valor de R\$ 879 referente à apropriação de despesa com serviço de segurança e tecnologia da informação. O valor de (R\$ 108) refere-se a provisão complementar do valor de bolsas devidas a Professores, registro realizado no SIAFI em 01/2018.

Passivo Não Circulante: o valor de R\$ 2.212 refere-se ao complemento da correção pela taxa SELIC incidente sobre Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), ajustado para adequar ao cálculo pela taxa diária do BC. E o valor de (R\$ 361) refere-se ao ajuste da provisão para contingência de acordo com o relatório recebido da CONJUR/HCPA.

Patrimônio Líquido: do valor de R\$ 436.276: (R\$ 146) refere-se à devolução em 12/2017 de repasses recebidos para investimento, apropriados como Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), R\$ 2.772 refere-se ao ajuste do valor da reavaliação negativa (menos-valia), (R\$ 361) refere-se à baixa de provisão para riscos cíveis, conforme relatório da CONJUR, valores a ser registrados no SIAFI em janeiro de 2018. O valor de R\$ 436.229 refere-se aos recursos a receber relativos a apropriações por competência e a provisões de contingências provenientes de despesas com pessoal custeadas com Recursos do Tesouro Nacional, com contrapartida em contas de Ativo Circulante e Não Circulante e (R\$ 5) refere-se à reversão da provisão do Tempo de Serviços Passados – TSP registrada no SIAFI em 2015 cujo pagamento ocorreu em 2017.







Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

Ajustes de Exercícios Anteriores: para atender a mudança de critério contábil, conforme exposto na Nota de nº 02, letra “b”, o valor de R\$ 86.353 foi registrado no SIAFI em conta de Resultado de Exercícios Anteriores e na Contabilidade Societária como Resultado do Exercício de 2017, conforme segue:

R\$ 14.626 refere-se à reversão de subvenções recebidas para custeio e apropriadas em conta de Receita Diferida, (R\$ 84.039) referente ao valor da correção monetária pela SELIC incidente sobre os Repasses recebidos da União para Investimento e reconhecidos no Passivo Não Circulante como Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), conforme Decreto nº 8.945 de 2016 e (R\$ 34.278) refere-se à reversão do saldo existente em 31/12/2016 na conta Custo Diferido.

Além do acima exposto, foram registrados no SIAFI os seguintes valores: reversão de R\$ 17.996 referente a precatórios provisionados a maior em 2016 e a reversão do valor de adiantamentos realizados através de convênios (SICONV) no valor de (R\$ 658) este atendendo a mudança de critério contábil da CCONT/STN a qual define o registro a partir de 2017 somente em contas de Controle.

Demonstração do Resultado do Exercício	<u>6.404/76</u>	<u>4.320/64</u>	<u>Diferença</u>
Receita Operacional Bruta	1.516.287	1.469.754	46.533
Ajustes da Receita Bruta	(2.184)	(2.184)	-
Deduções da Receita Bruta	(2.114)	(2.114)	-
Repasses Transferidos para AFAC	(165.273)	(165.419)	146
Receita Operacional Líquida	1.346.716	1.300.036	46.680
Custo dos Serviços	(1.085.180)	(1.083.258)	(1.922)
Resultado Operacional Bruto	261.537	216.778	44.758
Despesas Operacionais	(263.037)	(262.571)	(466)
Outras Receitas e Despesas	4.414	28.685	(24.271)
Lucro Antes do Resultado Financeiro	2.913	(17.108)	20.021
Resultado Financeiro	(127.054)	(40.803)	(86.251)
Lucro Líquido do Exercício	(124.141)	(57.911)	(66.230)

O valor de R\$ 46.533, é composto por R\$ 47.696 do grupo Receita Bruta Operacional que refere-se à contrapartida do registro de recursos a receber para cobertura de despesas com pessoal apropriadas por competência e a provisão para contingências, pagas com recursos do Tesouro Nacional e (R\$ 1.162) referente ao recebimento dos valores faturados no Projeto de Recuperação Intestinal de Crianças e Adolescentes (PRICA) e a parcela faturada contra a empresa Brasileira de Hospitais Universitários (EBSERH) / Cursos de Mestrados, registrados no SIAFI em janeiro de 2018.

O valor de R\$ 146 refere-se à devolução de repasses recebidos para investimento, apropriados como Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC) cujo registro de estorno no SIAFI ocorrerá em janeiro de 2018.

O valor de (R\$ 1.922) no grupo Custos dos Serviços e (R\$ 466) no grupo Despesas Operacionais, referem-se a despesas com Serviços de Vigilância e Tecnologia da Informação, registradas na contabilidade societária em 2017 e no SIAFI em janeiro de 2018.







Notas Explicativas

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

O valor de (R\$ 24.271) no grupo Outras Receitas e Despesas, refere-se a: R\$ 14.626 reversão de subvenções recebidas para custeio e apropriadas em conta de Receita Diferida e de (R\$ 34.278) à reversão do saldo existente em 31/12/2016 na conta Custo Diferido, em virtude da mudança de critério contábil conforme definido na Nota de nº 02, letra "b", e (R\$ 658) refere-se a baixa de Adiantamento de Convênios com Outras Entidades atendendo a mudança de critério contábil da CCONT/STN a qual define que a partir de 2017 o registro destes adiantamentos deve ser em contas de Controle e (R\$ 5.961) ajuste do registro de baixa das parcelas pagas em 2017 referente ao financiamento do Tempo de Serviço Passado (TSP) o qual foi provisionado integralmente em 2015.

O valor de (R\$ 86.251) no grupo Resultado Financeiro, refere-se ao valor de (R\$ 84.039) da correção monetária pela SELIC incidente sobre os Repasses recebidos da União para Investimento e reconhecidos no Passivo Não Circulante como Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC), conforme Decreto nº 8.945 de 2016. Este valor foi registrado em conta de resultado do exercício de 2017 enquanto que no SIAFI foi registrado em conta de ajustes de exercícios anteriores. E ao valor de (R\$ 2.212) referente ao ajuste do valor da correção registrado no SIAFI com base na taxa diária da Receita Federal e na Societária calculada com base na taxa do Banco Central, a diferença será apropriada no SIAFI em fevereiro de 2018.

27 Conciliação dos Repasses Recebidos como Adiantamento para Futuro Aumento de Capital e seu Reflexo na Coordenação-Geral de Participações Societárias (COPAR)

Foram registrados no HCPA os seguintes valores como Adiantamento para Futuro Aumento de Capital Social:

Contas	HCPA	COPAR	DIFERENÇA
AFAC/PNC	327.988	327.988	-
Correção/SELIC	127.102	124.890	2.212
AFAC/PL	165.273	93.437	71.836
Total	620.363	546.315	74.048

O valor de R\$ 71.836 refere-se aos valores recebidos em 2017 anteriores à mudança de critério contábil e os valores transferidos por outros órgãos, não provenientes da Secretaria de Planejamento e Orçamento (SPO/MEC). Quanto ao valor de R\$ 2.212, refere-se ao complemento da correção/SELIC com base na taxa diária publicada pelo Banco Central, o registro será realizado no SIAFI em 2018.

O valor de R\$ 620.363 foi incorporado ao capital social do HCPA em março de 2018 conforme aprovação da Assembleia Geral Extraordinária.









Notas Explicativas


Exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Em reais mil, exceto quando indicado de outra forma

28 Remunerações Pagas a Empregados e Administradores

De acordo com a Resolução nº 03, de 31 de dezembro de 2010 da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR) publicada no Diário Oficial da União em 28 de março de 2011, apresentamos o quadro abaixo. O valor da remuneração contempla os adicionais fixos.


Mensal	2017 – R\$			2016 – R\$		
	Remuneração Administradores	Remuneração Empregados	Salário Base Empregados	Remuneração Administradores	Remuneração Empregados	Salário Base Empregados
Maior	33.763	33.763	22.870	33.763	33.763	20.892
Menor	33.763	1.846	1.524	33.763	1.749	1.397
Média	33.763	6.852	5.153	33.763	6.239	4.696


Prof. Nadine Oliveira Clausell
Diretora-Presidente


Prof. Milton Berger
Diretor-Médico


Me. Jorge Luis Bajerski
Diretor Administrativo


Neiva Teresinha Finato
Coord. de Gestão Contábil - CRC/RS nº 53.292


Luciana Raupp Rios Wohlgemuth
Contadora – CRC/RS nº 69.663

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Aos Administradores e Conselheiros do
HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE
Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Outros Assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob responsabilidade da administração da Instituição, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Instituição. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras.

Outras Informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras, ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a declarar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.



- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Eldorado do Sul, 19 de março de 2018.





Fone: (51) 3359.8000 | Fax: (51) 3359.8001 | Rua Ramiro Barcelos, 2350 | Porto Alegre - RS | 90035-903 | www.hcpa.edu.br

HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE - HCPA

CNPJ nº 87.020.517/0001-20

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Parecer nº 002/2018

Relatório de Administração e Demonstrações Contábeis

O Conselho de Administração do Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após análise do RELATÓRIO DE GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO e das DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, e considerando o Relatório dos Auditores Independentes sobre as as referidas Demonstrações, elaborado pela empresa Audilink & Cia. Auditores, datada de 19 de março de 2018, sem ressalvas, DECIDE por maioria de votos, recomendar, à Assembleia Geral Ordinária do Acionista, a aprovação das Contas do Exercício de 2017, do Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA, por estarem formalmente adequadas.

Registre-se, outrossim, que este Colegiado, por unanimidade, é favorável à destinação do Resultado do Exercício de 2017 para a conta de Prejuízos Acumulados no Patrimônio Líquido.

Porto Alegre, 19 de março de 2018.

Profª Nadine Oliveira Clausell
Presidente do Conselho de Administração



Documento assinado eletronicamente por **NADINE OLIVEIRA CLAUSELL, Diretora-Presidente**, em 21/03/2018, às 16:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.hcpa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0023202** e o código CRC **4DFAA4F8**.

HOSPITAL DE CLÍNICAS DE PORTO ALEGRE - HCPA

CNPJ nº 87.020.517/0001-20

CONSELHO FISCAL

Parecer nº 002/2018

Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras

O Conselho Fiscal do Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu o exame do RELATÓRIO DE GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO (processo SEI nº 23092.201002/2018-75, documento nº 22056) e das DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (processo SEI nº 23092.201002/2018-75, documento nº 20998), referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, e considerando o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017, emitido, sem ressalvas, em 19 de março de 2018, de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, elaborado pela empresa Audilink & Cia. Auditores, bem como o Relatório Gerencial de Recomendações da Auditoria Interna (processo SEI nº 23092.200909/2018-17, documento nº 22201), além das informações e esclarecimentos recebidos a partir de agosto de 2017, é de opinião, por unanimidade de votos, que os referidos documentos societários refletem a situação patrimonial, financeira e de gestão do Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA.

Registre-se, por fim, que este Colegiado, por unanimidade, é favorável à destinação do Resultado do Exercício de 2017 para a conta de Prejuízos Acumulados no Patrimônio Líquido.

Porto Alegre, 20 de março de 2018.

IARA FERREIRA PINHEIRO
Presidente do Conselho FiscalWASLEI JOSÉ DA SILVA
Conselheiro FiscalANDRÉ LUIZ VALENTE MAYRINK
Conselheiro Fiscal

Documento assinado eletronicamente por **IARA FERREIRA PINHEIRO, Presidente do Conselho Fiscal**, em 20/03/2018, às 15:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANDRE LUIZ VALENTE MAYRINK, CONSELHEIRO FISCAL**, em 20/03/2018, às 15:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **WASLEI JOSE DA SILVA, CONSELHEIRO FISCAL**, em 20/03/2018, às 15:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.hcpa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0024288** e o código CRC **7CB7D1A0**.